

Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII

The anatomical and surgical studies in the Portuguese medicine of century XVIII

JEAN LUIZ NEVES ABREU

Universidade do Vale do Rio Doce (Univale/MG)

RESUMO: Um dos aspectos que contribuíram para o desenvolvimento da medicina foi a aproximação entre os doutores e os cirurgiões, contribuindo para os estudos de anatomia. Porém, em Portugal, a medicina durante muito tempo foi separada da cirurgia. Este artigo procura compreender os aspectos que marcaram a valorização do conhecimento cirúrgico e anatômico na medicina portuguesa no século dezoito.

Palavras-chave: medicina; cirurgia; anatomia.

ABSTRACT: One of the aspects that have contributed to development of medicine was the approach between the doctors and the surgeons, which contributed to the anatomy studies. However, the medicine in Portugal had been separated from surgery for a long time. This article tries to understand some aspects that marked the valorization of the surgical and anatomical knowledge in the Portuguese medicine in the eighteen century.

Key words: medicine; surgery; anatomy.

149

Introdução

Durante muito tempo, prevaleceu a distinção entre os ofícios relacionados ao exercício da medicina. Na Idade Média, o médico deveria se ater aos livros e à observação das enfermidades externas, sendo restrito a este o contato com os corpos e com o sangue, enquanto o cirurgião e o barbeiro ficariam responsáveis pelos cuidados com as feridas, úlceras e outras doenças internas do corpo humano. Tais distinções correspondiam à diferença instaurada na cultura medieval entre o trabalho intelectual e os ofícios manuais. Cirurgiões e barbeiros eram colocados em um mesmo patamar dos açougueiros e carrascos, profissões vistas como inferiores, já que entravam em contato com a carne e o sangue. Trabalho essencialmente manual, a cirurgia incorporava-se à órbita das “artes mecânicas”. Assim a sociedade medieval foi hostil à cirurgia como era em relação ao trabalho manual.¹

A valorização da cirurgia enquanto conhecimento integrado ao saber médico dependeu de mudanças de mentalidade em relação ao papel dos ofícios mecânicos na construção do conhecimento. Conforme observa Paolo Rossi, a valorização das artes mecânicas constitui-se como uma das características centrais da ciência moderna. Desde o século XVI, diversos filósofos e homens de ciência

defenderam a aproximação entre a teoria e a técnica, por intermédio da construção de um saber em que as observações dos fenômenos e a pesquisa empírica fossem mais relevantes do que os livros. Afinal, por atuarem diretamente na natureza, os artesãos a conheciam melhor.²

Num contexto em que o saber dos empíricos passou a ser valorizado, a obra de Vesálio, *De fabrica corporis humani – Da construção do corpo humano –*, de 1543, pode ser considerada um marco na história da medicina ocidental. Assumindo uma posição inovadora para sua época, ao reivindicar a necessidade dos próprios médicos abrirem os cadáveres, Vesálio alertava para o fato de que a divisão da arte médica teve repercussões negativas para o conhecimento do corpo humano.³ Em vários cursos de medicina da Europa, a aproximação entre a medicina e a cirurgia ocorreria ao longo do século XVIII. Nos Estatutos franceses, a cirurgia foi, desde 1730, alçada à categoria de “arte liberal e científica”, desvinculando os cirurgiões dos barbeiros. Conforme observou Betânia Figueiredo, essa mudança levou não só ao prestígio dos cirurgiões como contribuiu para o desenvolvimento da medicina.⁴

Com o propósito de analisar tal questão na medicina portuguesa do século XVIII, este artigo procura examinar as condições sociais e culturais em que estavam inscritas a cirurgia e a anatomia, bem como os aspectos que marcaram as transformações dessas disciplinas naquele contexto.

“Anatômicos indoutos”

A historiografia tem sido unânime em apontar os limites que se impuseram ao desenvolvimento da ciência em Portugal no século XVIII, quando comparada com a de outros territórios da Europa. Conforme observou Beatriz Helena Domingues, Espanha e Portugal trilham caminhos diferentes em relação ao modelo científico da “modernidade-moderna (filosófica científica)”, amparada no critério de veracidade das ciências físicas e matemáticas, optando por modernizar a tradição aristotélico-tomista da Idade Média.⁵ De forma geral, o ensino na Universidade era dominado pelos princípios aristotélicos e pela tradição escolástica, fundamentada nos escritos de Tomás de Aquino. Esses autores e comentários de suas obras eram obrigatórios nos cursos, submetidos a uma concepção sacral e teológica do saber.⁶

Quanto ao ensino da medicina, a força da tradição pode ser observada pelas influências dos médicos da Antiguidade, como Hipócrates e Galeno, ou seus comentadores árabes na Idade Média, como Avicena, que predominaram no período anterior à reforma dos Estatutos, em 1772. Antes da promulgação desses Estatutos, a Universidade foi regida pelos estatutos de 1563, os quais por sua vez apresentavam apenas alterações pontuais em relação aos anteriores. Em razão disso, o conhecimento do corpo humano e o estudo das doenças era realizado com base nos tratados, colocando em segundo plano o estudo empírico das doenças e a dissecação do corpo humano.⁷

Além disso, a medicina e a cirurgia eram duas “ciências” distintas. Embora em seu *Vocabulário portuquez e latino*, publicado entre 1722 e 1728, Raphael Bluteau não colocasse os cirurgiões no mesmo patamar dos ofícios mecânicos, situando-os no que ele denomina de “Estado do meio”, entre os mecânicos e os nobres pelo “privilégio que estimam da arte”,⁸ a cirurgia era considerada um ofício menor. Tal inferioridade era expressa pelos próprios letrados que valorizavam a medicina enquanto arte nobre. O moralista baiano Nuno Marques Pereira, no *Compêndio narrativo do peregrino da América – obra de cunho alegórico*, de 1728 –, ao mesmo tempo em que associava a medicina a um ofício nobre, pois não podia ser médico “quem não fosse da geração real”, condenava os cirurgiões, porque “não satisfeitos de usarem de suas artes, se querem intrometer a darem razões de físicos, por talvez terem

lido alguns livros romancistas, que ensinam algumas regras de medicina”. Em razão de seu desprezo por aqueles que lidavam com o sangue e trabalhavam com as mãos, dizia desprezar o trabalho dos “anatômicos indoutos”, comparando-os a carneiros com um “verdugo” na mão.⁹

De forma geral, os físicos, denominação que recebiam os médicos, também viam de forma pejorativa o ofício de cirurgião. Ao contrário de Bluteau, o médico português Brás Luís de Abreu, em obra de 1726, considerava a cirurgia como um ramo das artes mecânicas. Colocando a medicina em um pedestal, ele diferenciava a medicina dogmática e racional, “ciência que nobilita e faz ilustres seus professores”, das artes mecânicas, não as considerando “artes, que pela sua praxe possam dar honra, antes pelo seu exercício comunicam vileza”. Considerava ainda pernicioso a proximidade de certos médicos com cirurgiões e barbeiros, “porque é certo, que [os cirurgiões] têm sido a causa com as mercenárias e servis operações de sua arte, de que a nobreza essencial do médico dogmático ande em questões e problemas”.¹⁰

As palavras proferidas por Brás Luís de Abreu se justificavam, à época, pelo tipo de formação dos cirurgiões, os quais se submetiam às normas e regulamentações dos ofícios mecânicos. Nesse caso, antes da criação do Protomedicato, em 1782 – órgão que pretendia centralizar a fiscalização dos assuntos relacionados à medicina –, ficava a cargo do físico-mor e do cirurgião-mor conceder licenças a todos aqueles que desejavam exercer a arte de curar, incluindo desde médicos até barbeiros. Na América Portuguesa, as Câmaras também exerceram controle sobre os profissionais de saúde, intervindo na concessão de licenças e fiscalização das boticas.¹¹

Um dos registros onde é possível observar como ocorria a concessão de licenças relacionadas aos ofícios ligados à saúde no século XVIII é a “carta de exames” concedida ao barbeiro Manuel da Costa pelo doutor Francisco Teixeira Coelho, médico da Câmara de D. João V, da Inquisição e do Senado da Câmara e cirurgião-mor. A carta o autorizava a “sangrar, sarjar, lançar ventosas e sanguessugas” em todos os domínios de Portugal, sendo a mesma registrada na Câmara de Lisboa, em 1749, em Guimarães, em 1751, e na Câmara de Mariana, em 1761. Um aspecto a ser sublinhado nesse documento diz respeito à observação de que Manuel da Costa, pela sua condição de barbeiro, não poderia sangrar “sem ordem de médico ou cirurgião aprovado”.¹²

Muitos cirurgiões e boticários que exerceram seus ofícios em Portugal e na América Portuguesa buscaram o aprendizado no ensinamento de mestres. É o caso de Francisco Correia Chalbert, natural de Setúbal. Depois de praticar com vários cirurgiões em Portugal e examinado por uma junta de doutores, obteve carta de cirurgia em maio de 1741. Francisco Ferreira de Souza, natural do Rio de Janeiro, após praticar cirurgia durante vários anos, submeteu-se ao exame em presença do comissário do cirurgião-mor do Reino, obtendo carta de cirurgia em 1754. Outros buscavam aprender a arte da cirurgia no Hospital Real de Todos os Santos. Maurício da Costa, natural de Lisboa, praticou três anos no Hospital Real com o cirurgião João de Souza e estudou anatomia com o médico italiano Bernardo Santucci, obtendo carta de cirurgia em setembro de 1758. Neste ano foi enviado ao Rio de Janeiro, acompanhando a expedição que iria fazer as demarcações do sul do Brasil.¹³

Enquanto os cirurgiões tinham uma formação essencialmente prática, atuando como aprendizes ou tendo lições sobre a arte cirúrgica no Hospital Real de Todos os Santos, os alunos de medicina da Universidade de Coimbra tinham pouco acesso aos fundamentos cirúrgicos e anatômicos. Não obstante os esforços de D. João V em promover o ensino de anatomia no Reino, o fato é que em razão de disputas internas que envolviam os responsáveis pela disciplina, o catalão Monravá e o italiano Santucci, o ensino da disciplina foi interrompido por decreto real em 1739.

Manoel José Leitão, médico português que, em 1788, publicou obra na qual relatava tais acontecimentos, considerou a proibição do estudo da anatomia em cadáveres humanos um verdadeiro retrocesso da medicina em Portugal. Segundo afirmava, quem diria que “no tempo em que todas as nações da Europa estavam persuadidas de sua utilidade, fosse banida de Portugal por inútil e desnecessária”. Em contrapartida, elogiava o caso da Espanha, de onde vários jovens eram enviados às universidades estrangeiras para aprender a anatomia “à custa da Real Fazenda”.¹⁴

Diversos médicos que exerceram o ofício em Portugal e nos domínios do Império Português se formaram, portanto, em um contexto pouco propício ao estudo do corpo humano e das teorias médicas do período. Os próprios cirurgiões também não tinham possibilidade de realizar dissecações. Comprova o fato a afirmação do cirurgião Luís Gomes Ferreira de que apenas havia “visto fazer muitas anatomias no hospital real”.¹⁵ O cirurgião se referia ao Hospital Real de Todos os Santos, estabelecimento onde, no período em que ele havia se formado, o exercício cirúrgico não ia além das operações simples, e o conhecimento da morfologia do corpo humano pouco contribuía para o desenvolvimento da cirurgia.¹⁶

Os “médicos mecânicos”

A despeito das restrições legais que recaíam sobre a cirurgia e outros ofícios relativos às artes de curar, a América Portuguesa ofereceu a esses indivíduos a possibilidade de atuar como físicos.¹⁷ Assim, apesar dos limites existentes, cabe observar que houve casos em que cirurgiões romperam com os obstáculos relacionados ao conhecimento do corpo humano e da doença.

Exemplar a respeito é a atitude do próprio Gomes Ferreira. Este, quando atuou como cirurgião na Capitania das Minas, realizou dissecação em um escravo com o intuito de descobrir a causa da morte do cativo.¹⁸ Os conhecimentos que o habilitavam para tal operação foram adquiridos quando ainda estudava no Hospital Real. Embora os estudantes não tivessem oportunidade de dissecar cadáveres, Gomes Ferreira relata que, em 1705, invadiu a sala de anatomias para averiguar o tamanho das tripas do cadáver de um soldado.¹⁹ O cirurgião atestava, pela experiência, o quanto se tornava imprescindível a dissecação do corpo humano para o conhecimento das causas das doenças e das características dos órgãos.

Por reconhecer os preconceitos existentes sobre a cirurgia, ele não se eximiu de justificar porque escrevia sobre medicina no *Erário mineral*, de 1735. Para ele, ambos os saberes se complementavam. Além disso, considerava que, em razão da precária assistência médica na América Portuguesa, os cirurgiões deviam suprir a falta dos médicos “por cujas causas padecem os povos grandes necessidades”.²⁰ A exemplo dele, outros cirurgiões, como José Antônio Mendes e João Cardoso de Miranda, uniram o conhecimento teórico e a prática. Esta última obtida por meio do conhecimento empírico no Novo Mundo.²¹

Explicitada em um contexto pouco propício ao ensino da medicina em Portugal, a opinião de Gomes Ferreira pode ser aproximada de outros letrados lusos, os “estrangeirados”, que igualmente se opunham ao estado em que se encontravam as ciências no Reino e tiveram contato com leituras e a realidade cultural Além-Pirineus. De uma maneira geral, os “estrangeirados” tinham por objetivo difundir no Reino os princípios da ciência moderna, aplicando-os a diversas áreas de saber. Em diversos aspectos, suas obras espelhavam uma rejeição à tradição aristotélica e escolástica e incluíam propostas modernizantes.²²

Entre os estrangeirados estava o clérigo Luís Antônio Verney. Em seu *Verdadeiro método de estudar*, de 1746, fez severa crítica ao método de ensino adotado na Universidade, não poupando nenhum ramo de saber. No conjunto, a obra ressalta a crítica ao conhecimento fundado sob uma autoridade única, quer fosse esta Aristóteles ou outro pensador; defende o emprego da observação e a experimentação, orientadas pela indução, para chegar ao conhecimento. Verney apresenta, assim, um projeto enciclopédico de reforma do saber, assentado no racionalismo e defesa do experimentalismo.²³

Sobre a medicina e a anatomia em particular, ressaltava os prejuízos da filosofia peripatética, vinculada ao aristotelismo, para o estudo do corpo humano, afirmando que “o ódio dos galênicos à anatomia provém dos princípios que beberam da filosofia peripatética”.²⁴ Para ele, a formação dos médicos era insuficiente, já que muitos nunca chegavam a dissecar um corpo humano.

Além de letrados como Verney, havia entre os “estrangeirados” vários médicos. Só para citar alguns: José Rodrigues Abreu, Jacob de Castro Sarmiento e Antônio Ribeiro Sanches. José Rodrigues Abreu, por exemplo, além de publicar uma obra em que dava conhecimento das experiências adquiridas na América Portuguesa, *Luz dos primeiros cirurgiões embarcadiços*, de 1711, foi um dos principais divulgadores das idéias de Stahl em Portugal, na obra *Historiologia médica, fundada e estabelecida nos princípios de George Ernesto Stahl*, impressa entre 1733 e 1739.²⁵

Outro médico “estrangeirado” era Jacob Castro Sarmiento. Português expatriado em Londres por sua condição de judeu, fora convidado por D. João V para reformar a medicina e contribuir para a renovação científica no Reino. De início, esse processo ocorreria por meio da tradução do *Novum organum*, de Francis Bacon. Entretanto, por razões desconhecidas, só foram impressas as primeiras páginas da obra. Apesar do malogro do projeto, Sarmiento teve papel de destaque na difusão de teorias da ciência moderna em Portugal. Nesse aspecto, cabe mencionar o fato de ele enviar para o Reino sua *Matéria médica physico histórico mechanica*, obra editada em Londres, em 1735, e em Portugal, em 1758. Além disso, traduziu para o português uma das obras de Newton, *Teórica verdadeira das marés, conforme a filosofia do incomparável cavalheiro Isaac Newton*, publicada em 1737.²⁶

Castro Sarmiento mostrava-se adepto dos princípios da ciência moderna e do experimentalismo. Considerava a teoria dos antigos fundada na imaginação, em contraposição a dos modernos, firmada na observação da natureza. Valorizava, assim, o “trabalho e incansável estudo dos médicos mecânicos [...] seita experimental de filósofos, os quais, na parte especulativa, em lugar das conjunturas, fundam a sua sabedoria toda em experiências”. Para ele, a medicina deveria se ater aos “princípios mecânicos ou leis da natureza”, confirmados pelos “experimentos filosóficos, químicos, anatômicos”.²⁷ O lugar de destaque consagrado aos experimentos denotava uma outra postura diante das operações manuais. Conforme se percebe, a posição de Castro Sarmiento colocava a medicina como conhecimento que só avançaria mediante os experimentos práticos, incorporando as artes mecânicas e valorizando-as.

De idéias semelhantes compartilhava o médico Antônio Ribeiro Sanches. Nascido em 1699, ele deixou Coimbra na sua juventude, em 1719, formando-se em medicina na Universidade de Salamanca. Sentia-se também oprimido pelo ambiente intelectual dominado pelos jesuítas e pela sua origem judaica. Denunciado por um primo de ser praticante de ritos judaicos, Ribeiro Sanches deixou de vez Portugal em 1726, temeroso em relação à Inquisição. Com o intuito de aprofundar seus estudos, esteve em vários países, como Londres e França. Em 1730, foi para a Universidade de Leiden, na Holanda, onde se estabeleceu por alguns anos e manteve contato com o renomado médico Boerhaave, seu principal preceptor. A partir da indicação de Boerhaave, dirigiu-se para a Rússia, onde exerceu atividade médica durante vários anos, retornando a Paris em 1747.²⁸

Nas várias obras que escreveu, procurou contribuir para a renovação do ensino no Reino, em

particular o de medicina. À semelhança de Verney, considerava urgente uma reforma profunda na Universidade. Em *Cartas sobre a educação da mocidade*, publicada em Paris, em 1760, e enviada ao Diretor Geral de Estudos, Principal Almeida, Ribeiro Sanches afirmava que a Faculdade em Coimbra era insuficiente para “aprender o que necessita o naturalista, o físico, o químico, o médico e o anatomista”.²⁹

De sua autoria igualmente é um projeto específico destinado ao ensino de medicina, *Método para aprender e estudar a medicina*, de 1763. Dentre os vários aspectos abordados ao longo da obra, reivindicava a necessidade do conhecimento de anatomia e de cirurgia na formação dos médicos. Na parte dedicada ao estudo da anatomia, afirmava claramente que “a excelência desse estudo não consiste em disputar, ler continuamente, e exercitar-se compondo discursos literários: é necessário exercitarem-se as mãos e os olhos na investigação das partes do corpo humano”.³⁰ Conforme observou Rafael Mandressi, analisando a questão em outro contexto, não apenas os olhos, mas também as mãos foram os fundamentos da nova ciência anatômica inaugurada a partir do século XVI. A acuidade do olhar e a destreza nas mãos foram dois aspectos inseparáveis na exploração dos órgãos do corpo humano.³¹

A defesa da aproximação entre a medicina e a cirurgia pelos médicos “estrangeirados” afinava-se com a medicina praticada em países como a França. O cirurgião francês Jorge de La Faye, cuja obra publicava-se em Portugal, em 1787, considerava o corpo humano, vivo ou morto, objeto da cirurgia. Segundo afirmava, a cirurgia “conserva a saúde do corpo humano, cura-lhes as enfermidades [e] depois de morto anatomizando-o o considera para conhecer a estrutura”. Propugnava, assim, a necessidade de unir teoria e prática, pois “uma outra se esclarecem mutuamente. Os preceitos abrem o caminho à prática, e a prática dá muitas vezes lugar a fazer novos preceitos, ou a corrigir os antigos”.³²

Os estudos anatômicos e cirúrgicos nos Estatutos de 1772

As propostas de renovação do ensino da medicina no Reino foram incorporadas em grande parte nos *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*, que visavam reformar o ensino na Universidade. A elaboração dos novos estatutos, em substituição aos de 1563, relaciona-se com os esforços empreendidos por parte do rei D. José I em renovar as bases da cultura e da ciência em Portugal, tendo a frente de seu governo Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido mais tarde por Marquês de Pombal. Nesse contexto, havia um ambiente favorável aos princípios da Ilustração e da renovação cultural. As idéias do Iluminismo, apropriadas de forma seletiva no Reino, representaram um incentivo à cultura científica em diversas áreas do conhecimento. Embora os Estatutos tenham sido preparados principalmente por três homens – Francisco de Lemos, João Pereira Ramos e José Monteiro da Rocha –, o seu conteúdo corresponde a toda uma plêiade de pensadores ligados às idéias racionalistas e de caráter experimental.³³

De forma geral, no tocante à medicina, pretendia-se uma formação mais completa para os médicos, fundamentada no estudo da física, da química e nas experiências realizadas nos laboratórios. Sem abandonar as referências ao passado – pois o curso incluía ainda o estudo dos aforismos de Hipócrates e Galeno –, o documento priorizava a aproximação entre os estudos teóricos e práticos. Para tanto, foram criados estabelecimentos como o Hospital Escolar, o Teatro Anatômico e o Dispensário Farmacêutico para a prática da medicina e da cirurgia.³⁴ Com tais medidas, os reformadores pretendiam incorporar na formação dos médicos a “medicina empírico racional”. Nessa perspectiva, as luzes da teoria seriam úteis para as experiências ensinadas pelo “magistério da natureza”; e as “observações

bem feitas, examinadas e comparadas” serviriam para “retificar, verificar, ampliar, limitar, e aperfeiçoar os conhecimentos da teoria”.³⁵

O texto dos Estatutos redefinia igualmente o papel do trabalho manual na formação dos médicos. A posituação do trabalho manual assumia contornos nítidos. Nesse sentido, os reformadores afirmavam ter sido o divórcio entre a medicina e cirurgia “prejudicial aos progressos da arte de curar, e funesto à vida dos homens não sendo possível que seja bom médico, quem não for ao mesmo tempo cirurgião”, determinando que “sejam todos os médicos ao mesmo tempo cirurgiões”.³⁶

Um dos aspectos mais valorizados consistia no papel da anatomia na formação dos médicos. Para os estudantes poderem praticar a cirurgia e conhecer as causas das doenças, passava a ser prioritário o acesso aos cadáveres. Nesse caso, estipulava-se que para “uso da anatomia, servirão os cadáveres dos que morrerem nos dois hospitais, da Universidade e da cidade, e dos que forem justicados, no caso de [havê-los]”. Na falta de uns e outros, serviriam “os cadáveres de quaisquer pessoas que falecerem na cidade de Coimbra”. No documento, consideravam-se rebeldes e “inimigos do bem público” aqueles que se opunham a essas medidas ou dificultavam o acesso aos cadáveres destinados ao Teatro Anatômico. Se acaso não fosse possível ter acesso aos corpos humanos, as anatomias deveriam ser praticadas nos animais vivos, com a vantagem de que “somente neles se pode observar a natureza obrando as suas principais funções”.³⁷

Tais decretos estavam de acordo com o pensamento médico iluminista do século XVIII, que concebia a anatomia como uma das vias privilegiadas para o conhecimento da natureza do homem. A *Enciclopédia* de Diderot consagrava um texto entusiasta à anatomia, justificando o recurso à dissecação de condenados à morte em proveito dos estudos médicos, sendo a prática anatômica considerada uma forma de garantir os progressos da arte de curar.³⁸

O papel da anatomia no ensino da medicina em Portugal pode ser observado na recomendação de se substituir a antiga sala de anatomias pelo Teatro Anatômico. O estabelecimento simbolizava um largo conjunto de ditames médicos mais avançados dos finais do século XVIII, associando “o ensino prático e a observação dos doentes, dos cadáveres e das suas patologias”.³⁹ As lições de anatomia necessitavam de um local apropriado de modo a permitir a vários alunos, ao mesmo tempo, ver e manipular os cadáveres. Nos cursos de medicina, os teatros anatômicos transformaram-se em espaços idealizados como estrutura arquitetônica importante para os estudos e manipulação do corpo humano.⁴⁰

O papel de destaque consagrado à anatomia indica as transformações pelas quais passaram o ensino da medicina em Portugal nas últimas décadas do século XVIII. A percepção de que o médico deveria entrar em contato cada vez mais com o corpo humano estava na base também da valorização da cirurgia, necessária para um melhor conhecimento das técnicas de intervenção sobre a doença.

Os próprios cirurgiões passaram a ter uma formação em consonância com as mudanças da medicina em Portugal em fins do setecentos. Podemos citar o caso de José Vieira de Carvalho. Cirurgião-mor do regimento da cavalaria regular na Capitania de Minas Gerais, Vieira de Carvalho pode ser considerado um cirurgião “ilustrado”, mostrando-se a par do conhecimento médico produzido em outros territórios da Europa, principalmente no que concerne às doenças que atingiam os escravos. Reforça esse argumento o fato de o cirurgião traduzir um tratado específico sobre a questão, da lavra do médico francês Jean-Barthélemy Dazille, *Observations sur les maladies des nègres*, de 1776. Além disso, o cirurgião possuía em sua biblioteca vários títulos de medicina como: *Observações sobre as enfermidades dos negros em França*, *Medicina prática*, de Loundry; *Medicina doméstica*, de Buchan; *Anatomia*, de Sebatier; *Medicina prática*, de Sydenham; *Tratado de matéria médica*, de Boerhaave; *Aviso ao povo*, de Tissot, entre outros volumes de medicina e arte militar.⁴¹ Pode-se presumir que tais obras

permitted access to information about anatomy, medicine and surgery, as well as about more specific issues, such as information about diseases of slaves.

Nevertheless, the changes through which the teaching of medicine in the University of Coimbra did not necessarily result in a promotion of surgeons. On the contrary of what occurred in France and in other European universities, with the reform of the teaching, it is evidenced that the reformers intended to continue to restrict the activity of those who did not possess habilitation to practice medicine. The Statutes prescribed that one should not consent to "exercise medicine, and surgery to fools, for as much, attending to the great damage, that from this results to life, and health" of the vassals. Every person who practiced without the due authorization should pay a fine of sixty cruzados (half for the denunciator) and be degraded for life and term. Recidivists, would pay a fine double and on the third time would be degraded for Africa. This determination did not include the doctors, surgeons foreigners and "surgeons vulgar, to which will be the study that they do [...] to exercise their art within the limits, that the nature of the same study, according to the capacity of each is permitted".⁴²

In this sense, there was an effort also to fiscalize with greater rigor the practice of the offices of curing, with the creation of the Protomedicato. When commenting on the activity of this organ, Márcia Moisés Ribeiro observed that, although it is not possible to speak of a change palpable in the medical assistance in Portuguese America, it is possible to state a greater registration of letters of diverse categories in the area of health.⁴³

Such fiscalizing effort accompanied the opinion of some doctors, aversive to the intrusion of surgeons in the matters of medicine. In a letter published in the pages of the scientific periodical, *Jornal encyclopédico*, in April of 1789, the doctor José Manuel Chaves denounced the abuses committed in Portugal by the healers, barbers and surgeons. About these last ones in particular, he said that, although surgery was an "art of great utility to the Republic" and there were individuals with knowledge *in re chirurgica*, he did not consider them with the due knowledge for the medical practice. For this, he took as an example the hierarchies existing between the offices, which should be respected: "How can a shoemaker know how to make a sword, or a soldier his shoes?" He questioned the doctor in defense of his office.⁴⁴

As observed by Jorge Crespo, in the passage from the 18th century to the 19th, there is a great effort in defense of the "medical act". The doctors defended that only the medicine learned in the University would be capable of intervening in the multiple relations of the phenomena of diseases. The rationalization of medicine, through its scientific methods, sought to surpass the empirical knowledge of healers, barbers and surgeons.⁴⁵

It is evident, therefore, the attempt to continue to restrict the art of curing to surgeons in consonance with the nature of the study that they possessed. On the one hand, the distinction between the offices endured in the Statutes; on the other, it is undeniable that one pretended a more complete formation for the doctors. Notwithstanding the limits to be considered in the implementation of the reforms intended – as an example the difficulties of putting into operation the establishments of the Hospital and the Anatomical Theatre⁴⁶ –, the promotion of the surgical art and of anatomy, as aspects that marked the production of the medical knowledge in the Lusitanian-Brazilian medicine of the 18th century, is an aspect that cannot be understood without considering the context propitious for the renewal of the Lusitanian culture of the period. Finally, the elaboration of the Statutes of 1772 and the new directions given to medicine in Portugal, through the emphasis on experimentalism, cannot be dissociated from the Reformist Enlightenment. In this context, the transformations of the medical knowledge contributed to another attitude towards the surgical and anatomical knowledge.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Jean Luiz Neves Abreu é professor da Univale/MG, doutor em História UFMG. Contatos: Universidade Vale do Rio Doce - MG. Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais. Rua Israel Pinheiro, 2000. Bairro Universitário. Tel: (33) 3279-5576. e-mail: jluizna@univale.br

- 1 BRETON, David Le. La chair à vif: usages médicaux et mondains du corps humain. Paris: Métailié, 1993, p. 40-42.
- 2 ROSSI, Paolo. Os filósofos e as máquinas: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 21-61.
- 3 BRETON, David Le. op. cit., p. 72-82.
- 4 FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 70-71.
- 5 DOMINGUES, Beatriz Helena. Tradição na modernidade e modernidade na tradição: a modernidade ibérica e a revolução copernicana. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996, p. 22-23.
- 6 Dentre os autores que mais recentemente discutem essa questão, ver RIBEIRO, Márcia Moisés. Exorcistas e demônios: demonologia e exorcismos no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 19-21; VILLALTA, Luiz Carlos. Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999, p. 48-50.
- 7 SOUZA, A Tavares Curso de história da medicina. Das origens aos fins do século XVI. Fundação Calouste, 1984, p. 441-442.
- 8 Verbete "Estado". In: BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1722-1728, p. 302. Agradeço à professora Márcia Moisés Ribeiro pela indicação do verbete.
- 9 PEREIRA, Nuno Marques. Compêndio narrativo do Peregrino da América [1728]. Rio de Janeiro: ABL, 1939. 2 Volumes. v.2, p.80- 88.
- 10 ABREU, Brás Luís de. Portugal médico ou monarchia médico-lusitana histórica practica symbolica, ethica e política. Coimbra: Officina de Joam Antunes, 1726, p. 257.
- 11 Em Minas Gerais, as Câmaras tinham o privilégio de contratarem físicos e cirurgiões pelo prazo máximo de dez anos. FURTADO, Júnia Ferreira. Arte e segredo: o licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens In: FERREIRA, Luís Gomes. Erário mineral [1735]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. (Edição Organizada por Júnia Ferreira Furtado), 2 Volumes, p. 4-5.
- 12 Registro de uma carta de exames de sangrar, lançar ventosas e sanguessugas de Manuel de Souza. In: Termo de Mariana — História e documentação. II. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004, p. 143.
- 13 Sobre as trajetórias dos mencionados cirurgiões, ver: CARVALHO, Augusto da Silva. As academias científicas do Brasil no século XVII. In: Memórias da Academia de Ciências de Lisboa. Lisboa: Classe de Ciências, 1939. Tomo II, p. 351-377.
- 14 LEITÃO, Manoel José Tratado completo de anatomia e cirurgia com um resumo da historia da anatomia e cirurgia seus progressos e estado dela em Portugal oferecido à Real Junta do Proto-Medicato. Lisboa: Antonio Gomes, 1788, p. 350.
- 15 FERREIRA, Luís Gomes. Erário mineral [1735]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. (Edição Organizada por Júnia Ferreira Furtado), 2 Volumes, v. 1, p. 267.
- 16 GUERRA, João Pedro Miller. A reforma pombalina dos estudos médicos In: CARVALHO DOS SANTOS, Maria Helena. Pombal revisitado. vol.1. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 195-196.
- 17 RIBEIRO, Márcia Moisés. A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 34-35.
- 18 FERREIRA, Luís Gomes. op. cit., v. 1, p. 267-268.
- 19 Ibid., v.2, p. 582.
- 20 Ibid., v.1, p. 183-184.
- 21 FURTADO, Júnia Ferreira. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas Colonial. Revista do Arquivo Público Mineiro. História e arquivística. Belo Horizonte, Ano XLI, p. 88-105, jul-dez, 2005.
- 22 Sobre a questão dos "estrangeirados" e sua influência na cultura portuguesa, ver, entre outros, FALCON, José Francisco Calazans. A época pombalina (Política econômica e Reformismo Ilustrado). São Paulo: Ática, 1982, p. 319-322.
- 23 VILLALTA, Luiz Carlos. op. cit., p. 141-142.
- 24 VERNEY, Luís António. Verdadeiro método de estudar [1746]. v. IV. Estudos médicos, jurídicos e teológicos. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950, p. 24.
- 25 Sobre a trajetória e idéias de José Rodrigues Abreu, ver FURTADO, Júnia Ferreira. As Índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro. Anais de história de Além-mar. Centro de História de Além-mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, v. IV, p. 155-212, 2003.
- 26 CARVALHO, Rômulo de. História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 397-398.
- 27 SARMENTO, Jacob de Castro. Matéria medica physico historico mechanica. Lisboa: [s. n.], 1758, p. XLV.
- 28 Sobre a trajetória de Ribeiro Sanches e suas idéias, ver: ARAÚJO, Ana Cristina. Ilustração, pedagogia e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches. Revista de História e teoria das idéias. Revoltas e revolução, Coimbra. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, v. 6, p. 377-395, 1984.
- 29 SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. Cartas sobre a educação da mocidade [1760]. Coimbra: Imprensa Universitária, 1922, p. 159.
- 30 SANCHES, Antônio Ribeiro. Método para aprender e estudar a medicina [1763]. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003, p. 20-21.
- 31 MANDRESSI, Rafael. Dissections et anatomie. In: VIGARELLO, Georges (Dir.) Histoire du corps.V 1: De la Renaissance aux Lumières. Paris: Éditions du Seuil, 2005, p. 311-334.
- 32 LA FAYE, Jorge de. Princípios de cirurgia: nova edição correcta e augmentada, traduzida do idioma francez em portuguez por Silvestre José de Carvalho. Lisboa: Simão Tadeo Ferreira, 1787, tomo I, p. XIII.
- 33 Os aspectos relativos à reforma do ensino em Portugal encontram-se detalhados em CARVALHO, Rômulo de. História do ensino em Portugal, p. 423-483.
- 34 Os comentários sobre a reforma dos estudos médicos se baseiam nos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 - Livro III Cursos das Sciencias nauturaes e filosóficas. Coimbra, 1972 (Edição Fac-Símile).
- 35 Ibid., p. 18.
- 36 Ibid., p. 20.
- 37 Ibid., p. 39-41.

- 38 BRETON, David Le. op. cit., p. 99-100.
- 39 PITA, João Rui. Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Coord.) O marquês de Pombal e a universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 141.
- 40 MANDRESSI, Rafael. op. cit., p. 319-320.
- 41 Inventário de bens móveis do Antônio José Vieira de Carvalho. In: Revista do Arquivo público mineiro, Ano X, fascículos III e IV, jul-dez, 1905, p. 706-709.
- 42 Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772. op. cit., p. 134-135.
- 43 RIBEIRO, Márcia Moisés. A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 127-128.
- 44 Carta dirigida a um dos Editores pelo Bacharel José Manuel Chaves Médico do Partido de Condeixa... Jornal Encyclopédico, Abril de 1789, Artigo II. Medicina, Cirurgia e Farmácia, p. 49-94.
- 45 CRESPO, Jorge. A história do corpo. Lisboa: Difel, 1990, p. 107-109.
- 46 PITA, João Rui. op. cit., p. 137-138.

Artigo recebido para publicação em 04/2007.

Aprovado para publicação em 12/2007.